



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

O assunto das pensões ilegais já há muito tempo vem afectando os residentes. Trata-se de um dos vários problemas sociais que até agora ainda não foi resolvido, e que nestes últimos dois a três anos tem sido foco da atenção da sociedade.

As pensões ilegais afectam o bem-estar dos nossos residentes, verificando-se as seguintes situações: frequente ocorrência de homicídios, quem explora essas pensões contrata pessoas para vigiar e angariar clientes, e até mesmo ameaçar e incomodar os moradores vizinhos, são efectuadas obras ilegais, e é dado acolhimento tanto a pessoas que entraram ilegalmente em Macau como a indivíduos cujo prazo de permanência em Macau expirou. Podemos afirmar que os danos e eventuais problemas resultantes da existência de pensões ilegais são responsáveis pela situação gravíssima com que hoje nos deparamos. Porém, como os serviços competentes assumem uma atitude passiva ou não fazem mesmo nada, e a acrescentar a isso ainda existem lacunas nas leis, os problemas em vez de serem reprimidos são, pelo contrário, cada vez mais acentuados.

Contudo, temos sempre acompanhado a situação. Apesar de ir dando respostas, o Governo continua com uma postura ainda muito passiva, pois afirmou várias vezes nas diversas respostas a interpelações escritas que ia rever a lei, trabalho que nunca foi efectuado, apesar dos anos. O Governo acabou por reconhecer que o cerne da questão reside na revisão da lei, então,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

porque é que até agora ainda não foi apresentada qualquer proposta nesse sentido? Afinal, qual é o problema?

Assim sendo, interpelamos o Governo sobre o seguinte:

1. No Decreto-lei n.º 16/96/M, na Portaria 83/96/M que aprova “o Regulamento do Regime da Actividade hoteleira e similar”, em vigor há já 13 anos, e no Código Civil não existe qualquer definição sobre a diferença entre arrendamento para habitação e exploração de actividade hoteleira e similar, por isso não existe qualquer limitação quanto ao prazo mínimo de arrendamento. Os serviços competentes concordam que as referidas leis são obsoletas e contêm muitas lacunas, o que só impede o sucesso do combate às pensões ilegais, e afirmaram mesmo que iam rever as respectivas leis em 2007. Então, porque é que até ao momento isso ainda não passou de simples retórica? Quais são os critérios adoptados pelos serviços competentes para definirem prioridades no que respeita à apresentação de propostas de lei? Os serviços competentes estão determinados a apresentar, ainda durante esta legislatura, a respectiva proposta de lei para apreciação da Assembleia Legislativa?
2. O problema das pensões ilegais recai no âmbito de responsabilidade de cinco direcções de serviço e de uma comissão, entre as quais a Direcção dos Serviços de Turismo, a quem compete instaurar acção judicial contra os infractores. Porém, são muitos os cidadãos que se queixam de algumas



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

—

pensões ilegais que, depois de terem sido alvo de investigação e recolha de provas, foram encerradas pelas autoridades, delimitando-as com fitas. Essas fitas são retiradas e as autoridades voltam a colocá-las, situação que se tem repetido continuamente ao longo destes anos, sem no entanto aquelas avançarem com a respectiva acção judicial. Não se conhecem as razões deste comportamento, mas sabe-se que isso só tem levado à proliferação desse tipo de pensões. Isto deixa transparecer um outro problema, que tem a ver com o facto de a Direcção dos Serviços de Turismo sair sempre vencida das acções intentadas ao longo destes anos. Será que esta Direcção se escuda neste facto para não fazer nada? Será que ao longo dos anos se tem empenhado seriamente nessa sua tarefa de intentar acções junto dos Órgãos Judiciais? Como é que se intentam, em concreto, essas acções?

3. As leis não são perfeitas por isso é que vão sendo aperfeiçoadas com a experiência obtida ao longo da sua execução. Partindo deste pressuposto, ou seja, da imperfeição das leis, as autoridades competentes não dispõem de soluções para resolver a questão das pensões ilegais?

1 de abril de 2009.

Os Deputados à Assembleia Legislativa da Região
Administrativa Especial de Macau,
Ung Choi Kun e Chan Meng Kam